CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO cnn N° 4350/90

INTERESSADA : CARMEN LUIZA ROCHA CUELLO

ASSUNTO : Equivalência de estudos

RELATOR : CONS° Luiz Roberto da Cidreira

PARECER CEE N° 844/90 APROVADO 17/10/90

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

1.1 Carmen Luiza Rocha Cuello, nascida em 16/7/42, nesta Capital, em requerimento datado de 05/7/90, enviado a este CEE, requer equiparação do seu diploma, relativo ao Curso de Piano, emitido pelo Conservatório Musical de Jacareí em 13/10/62 (fls. 03), ao de 2° grau, para fins de continuidade de estudos.

1.2 Anexa ao seu pedido xerocópia da Certidão de Registro n° 8592 no Serviço de Fiscalização Artística do Conselho Estadual de Cultura como Professor de Piano, Teoria Musical, Leitura Rítmica, Solfejo Cantado e Ditado, Harmonia, História da Música, Análise Musical, Pedagogia e Orfeão Artístico (fl.34).

1.3 Anexa, ainda, certidão de nascimento (fls.05) e cópia xerox dos Pareceres CEE n°s. 84/73 e 1271/74 (fls.06 a 10).

2. APRECIÇÃO:

2.1 A interessada apresenta diploma de Curso de Piano, emitido em 13/12/62 pelo Conservatório Musical de Jacareí, "de conformidade com o Decreto n° 9.793 de 1938" que registra no verso:

- disciplinas estudadas (Teoria Musical - Leitura Rítmica, Solfejo Cantado e Ditado, Harmonia, História da Musica, Análise Musical, Pedagogia, Orfeão Artístico o Piano, e as respectivas notas, não se fazendo, entretanto, referência a carga moraria correspondente;

- carimbo referente ao registro no Setor de Registro de Professor de Ensino Artístico da Divisão do Preservação Artístico-Cultural, com data de 27 de agosto de 1975.

2.2 De acordo com o Parecer CEE 666/79, que constitui o documento básico oara análise de casos da espécie, no qual tem sido fundamentadas as decisões deste CEE, "torna-se impossível estabelecer a equivalência dos estudos realizados nos conser-

vatórios musicais de São Paulo, com a estrutura a eles conferida pelo Decreto Estadual nº 9793/33 e os propiciados pelos cursos colegiais secundários ou técnicos que funcionaram no período de 1958 a 1976. Não se assemelham nem quanto aos pre-requisitos para matrícula, nem quanto à carga horária, nem quanto aos conteúdos mínimos obrigatórios".

Referido Parecer prossegue na análise do advento da Lei 5692/71 e de suas implicações nesses cursos amparados por decretos especiais e conclui: "mesmo considerados como legítimos os certificados de registro expedidos aos concluintes de cursos de conservatórios musicais, esses registros apenas regularizam a situação do exercício profissional dos interessados, não transformando por "alquimia legislativa" o diploma que lhes deu origem em diploma de conclusão do 2º Grau".

E conclui nestes termos: "os diplomas expedidos pelos Conservatórios Musicais de São Paulo, amparados pelo Decreto nº 9793/38 até a reformulação introduzida pela Secretaria da Educação, em 1977, visando adequá-los às exigências da Lei 5.692/71, não são equivalentes ao certificado de conclusão de 2º grau" (g.n.).

2.3 É de se observar, ainda, que a orientação se guida nos Pareceres CEE nºs. 84/73 e 1274/71, invocados nela interessada não se aplicam a sou caso.

3. CONCLUSÃO:

Indefere-se o pedido de Cármen Luíza Rocha Cuello. Seu diploma referente a Curso de Piano, emitido em 1962 pelo Conservatório Musical de Jacareí, não pode ser equiparado ao certificado de conclusão de 2º grau.

São Paulo, CESG, aos 06 de setembro de 1990.

a) CONSº Luiz Roberto da Silveira Castro

RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Mário Nev Ribeiro Daher absteve-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de outubro de 1990

**a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente**